

GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DA UNICAMP: INTERDISCIPLINARIDADE, RIGOR ANALÍTICO E VISÃO INTEGRAL DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Carlos R. ETULAIN

1. Introdução

O curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), ministrado no novo campus da Unicamp em Limeira, São Paulo, iniciou-se em 2009. Neste curso os alunos dedicam-se ao estudo de assuntos que envolvem o setor público e o privado, relacionados ao diagnóstico, planejamento, execução e avaliação das ações e políticas do Estado em todos os seus níveis (federal, estadual e municipal) e em diversos tipos de organizações e setores de atividade.

O perfil profissional do curso de GPP resulta de um campo do saber interdisciplinar conformado pelas áreas de conhecimento da Administração, Ciência Sociais, Direito e Economia. Com a formação ancorada na interface dessas áreas de conhecimento, busca-se que o gestor de políticas públicas tenha uma perspectiva de análise rigorosa, com visão integral do mundo contemporâneo.

O curso de GPP da Unicamp se apóia em uma unidade metodológica interdisciplinar, dada a compreensão de que a interação com o mundo real pressupõe uma visão multifacetada. Nessa perspectiva pedagógica, o processo de formação assegurado pela FCA se estrutura a partir da área de conhecimento das ciências humanas, denominada Núcleo Básico Geral Comum, que oferece disciplinas que abrangem assuntos morais e éticos, históricos, políticos e ambientais, fazendo com que cada aluno possa compreender criticamente as situações do mundo contemporâneo. Ou seja, essas disciplinas compõem uma gama de conhecimentos necessários para a formação na perspectiva da autonomia, da compreensão das práticas sociais de convivência e dos impactos e tendências da inovação tecnológica.

Compreender criticamente e historicamente as situações do mundo contemporâneo é princípio básico que orienta o projeto pedagógico do curso de GPP da Unicamp, pois a visão de mundo, integrada ao conhecimento rigoroso das ferramentas da gestão e dos métodos de pesquisa, permite a formação de profissionais aptos à formulação de estratégias e à proposição de soluções aos desafios sociais e econômicos, pautados sempre pelo interesse público.

Ao mesmo tempo, o projeto pedagógico da FCA entende e tem como objetivo um profissional capaz de resolver problemas reais que emergem no cotidiano da gestão. Para tanto, o curso contempla disciplinas específicas que integram a formação das humanidades com as áreas de atuação profissional, cujos conhecimentos e aspectos programáticos e técnicos são abordados também de forma interdisciplinar, numa permanente reflexão entre as ciências humanas e os saberes específicos do campo da gestão de políticas públicas. E ainda, como a preocupação com a prática da profissão é um critério estratégico na formação em GPP, a grade de disciplinas do curso abrange também disciplinas eletivas, com o objetivo de oferecer oportunidades para que o aluno possa complementar as áreas do seu interesse com disciplinas relativas à profissão. Visando o ganho de experiência profissional previa à conclusão do curso e estimulando a aplicação de conceitos, teorias e instrumentos na realidade institucional, foram desenhadas duas disciplinas de Estágio, que possuem caráter integrador entre a prática do mundo das organizações e a reflexão acadêmica. Essas disciplinas de estágio têm uma parte considerável da sua carga horária realizada em organizações, empresas e/ou instituições e outra junto ao professor supervisor, que auxilia e promove a produção do trabalho de conclusão de curso baseado nessa experiência de prática profissional orientada.

O profissional em GPP formado na FCA poderá atuar como gestor em todos os âmbitos da vida social e econômica que dizem respeito à relação entre a esfera pública e a privada, tanto nas diferentes estruturas do setor público (ministérios, secretárias, autarquias, dentre outras) como em organizações que lidam com o governo e o Estado desde o setor privado ou a partir de agências reguladoras e organizações não governamentais da sociedade civil.

2. O contexto em que se cria a necessidade de profissionais para atuar em políticas públicas

Tornou-se consensual a visão de que, ao longo da década de 1980, o estreitamento das políticas públicas e a perda de mecanismos de articulação de ações do Estado limitavam as possibilidades de melhorar as condições e a qualidade de vida da sociedade brasileira.

Ações, instituições e projetos podem ser articulados com eficácia para provocar a transformação de processos de crescimento da produção de um país em maiores oportunidades de desenvolvimento e emprego. Entretanto, para isto é

necessário criar e melhorar os instrumentos da política pública em vários níveis e observar as possibilidades de ganhos de equidade e eficiência através da articulação e combinação entre os setores da produção e a dinâmica econômica, hoje em grande medida sujeita não só à realidade nacional, mas determinada pelos processos de globalização que se manifestam em forma planetária. Esses processos se caracterizam pelo ritmo geométrico de crescimento das transações internacionais, com integração de mercados financeiros e comerciais e pela emergência de posições de atores interessados em políticas macroeconômicas de controle dos gastos públicos e focalização dos programas de proteção social.

Nessa situação, os Estados nacionais se mostram hoje profundamente afetados na sua capacidade de implementação e coordenação políticas, pela urgência de ter que administrar crises fiscais e financeiras próprias do ambiente em que se encontram imersos. Mesmo a capacidade nacional de alavancar investimentos em cada país teria se deslocado para as agências de cooperação multilaterais e para o mercado financeiro internacional impondo-se, assim, a necessidade de estratégias cooperativas e da integração das economias nacionais aos processos de globalização financeira para a captação de poupança externa. Em decorrência também do fortalecimento dessas orientações, as elites e os dirigentes políticos das democracias atuais teriam também ficado muitas vezes sem margem de escolha para promover políticas públicas orientadas para os planos domésticos.

O estreitamento de espaço de manobra para as políticas de desenvolvimento de corte nacional levou à adoção de mudanças nas funções do Estado, pela privatização de empresas públicas e pelas reformas administrativas, grande parte das vezes visando e conquistando uma maior eficiência dos gastos públicos que se combinaram com a diminuição do quadro de servidores dos governos centrais e com cortes e seletividade de programas sociais, entre outros itens. O movimento esteve associado à mudança do Estado de bem-estar social. A integração ao mercado globalizado, combinada com as mudanças nas economias nacionais, ameaçou as funções do Estado, pela tentativa de reversão das políticas universalistas de proteção social e pela falta de políticas setoriais no plano da produção.

Pode-se verificar que no Brasil, ao mesmo tempo, na década de 1980, não houve, mesmo diante desta dinâmica mais ampla de globalização e do Estado mínimo, uma descontinuidade no crescimento da proteção social, tal como se registrou em outros países da região. No Brasil, o gasto público se expandiu e foram adotados critérios universalistas para a definição dos direitos dos cidadãos.

Essa posição foi formalizada na Constituição de 1988. No plano das políticas voltadas para o sistema produtivo, no mesmo período, houve uma desarticulação setorial e o enfraquecimento da capacidade do Estado de implementar políticas, além daquelas que favoreceram o ambiente dos negócios e o movimento dos grandes grupos econômicos.

Com a estabilização conseguida pelo Plano Real, em 1994, pode-se dizer que o conjunto de instrumentos de políticas econômicas de que é dotado o Estado sofreu uma centralização organizada, que teve por objetivo estabilizar o gastos públicos, com vistas a favorecer a inserção da economia nacional no mercado global.

No novo cenário, a formulação de políticas públicas passou a se defrontar com as estratégias de integração à economia globalizada. O significado dessa situação impõe, diante dos problemas internos, uma força que diminui o grau de liberdade das políticas (desenvolvimentistas) orientadas para dentro e exige maior esforço na busca de legitimação externa de cada país, para garantir investimentos e créditos internacionais. Esse cenário oferece desafios para a formulação de políticas de desenvolvimento, que muitas vezes requerem a proteção seletiva de grupos sociais, a universalização de direitos cidadãos e a articulação de políticas econômicas setoriais, sobretudo aquelas que visam desenvolver ramos de atividades estratégicos para o desenvolvimento da estrutura econômica, tornando-os menos vulneráveis aos processos de globalização.

A grande interrogação para o caso brasileiro é saber quais são as possibilidades de fazer esse mesmo caminho, considerando o seu grau de desenvolvimento e a sua vulnerabilidade econômica e da social.

3. O panorama da formação em políticas públicas no Brasil e a proposta da Unicamp

O Brasil é um país de grande população e extensão territorial. Conta ainda com um sistema administrativo altamente descentralizado, o que aumenta o desafio da implementação de políticas públicas em qualquer que seja o setor produtivo e a área social. A construção do sistema de proteção social brasileiro, descentralizado e participativo, em seus 5.564 municípios, por meio de um conjunto de políticas, programas e ações, não pode mais prescindir da tomada de decisões com base em informações e evidências e com níveis de formação

profissional que permitam responder a esses desafios com qualidade técnica, conhecimento científico e responsabilidade social.

Emblemática é a situação em que, dentro e fora do Estado, sempre visando o espaço e o interesse público, as informações para formular e implementar políticas públicas precisam de indicadores e de analistas que, ao mesmo tempo, sejam interpretes críticos daquilo que a sociedade compreende como condições de vida adequada e que possibilitem ao próprio governo implementar políticas e prestar contas das suas realizações à mesma sociedade. Por isso, as agências governamentais coletam, registram e divulgam indicadores de serviços públicos nas áreas da saúde, educação, transporte, habitação, etc., pois estas são a base para formular diagnósticos e desenhar ações estratégicas, tanto da parte exclusiva do Estado, nas suas diferentes instituições, como nas autarquias e organizações que a ele se vinculam.

Deve-se, portanto objetivar um programa de investigação e de formação acadêmica na graduação que tenha como objetivo principal a construção de um conhecimento da área pública que permita capacitar profissionais para atuarem como gestores, administradores, tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas, subsidiando com isto o desenvolvimento de políticas públicas efetivas que, de fato, possam transformar a realidade dos países.

Na atualidade, tem-se na universidade brasileira a conformação de um campo do saber sobre a esfera pública a partir da confluência interdisciplinar das áreas de conhecimento em Administração, Ciência Sociais, Direito e Economia. Na academia esse campo ficou conhecido como "públicas" e tem recebido o interesse de estudo de diferentes setores do conhecimento. Daí a presença de profissionais com a denominação de gestor público, gestor de políticas públicas, gestor social, administrador público, dentre outros. Todos pertencem ao grande campo de públicas, embora a sua formação possa se diferenciar em termos do tipo de perfil profissional buscado por cada instituição de ensino superior e também em termos do foco definido em cada curso.

No caso da formação de GPP da FCA/Unicamp entende-se que, em termos profissionais, as práticas dos gestores públicos, sociais e de políticas públicas se integram, contribuindo para a melhoria da qualidade profissional de todas as organizações que lidam com a esfera pública e privada e com as atividades relativas ao planejamento, execução e avaliação das políticas públicas que não se referem apenas ao Estado (ou, por exemplo, às prefeituras), mas também às

organizações privadas e às organizações não governamentais envolvidas com as ações do Estado.

O profissional que se busca formar na Unicamp não é, necessária e unicamente, o funcionário público. Embora também possa sê-lo, o curso de GPP prepara profissionais para atuarem na carreira pública, mas não é seu objetivo exclusivo. A formação em gestão de políticas públicas tem caráter amplo, pelo conhecimento integrado de várias áreas das ciências humanas e sociais e pelas ferramentas e métodos quantitativos e qualitativos que permitem atuar com qualidade desde dentro do Estado, nas suas várias dimensões, e também de fora, como é o caso dos profissionais que, desde as empresas privadas ou das organizações não governamentais, lidam com o Estado na prestação conjunta de serviços e na promoção do interesse público.

Quanto às possibilidades de ocupação para o profissional de GPP da FCA/Unicamp, situam-se na média e alta hierarquia das organizações, em postos que exigem conhecimento e visão interdisciplinar do mundo para a análise acurada dos problemas sociais e econômicos. Cargos técnicos e de alto comando nos vários níveis da esfera pública e de instituições privadas.

Pode se dizer que o profissional em gestão de políticas públicas poderá desempenhar funções que exigem conhecimento técnico e visão interdisciplinar de mundo para a análise de situações complexas e para a tomada de decisões. Nesse sentido, o curso de GPP se propõe a dar qualidade à formação dos quadros públicos técnicos e executivos do país. Todavia, o curso também prepara profissionais para atuar em organizações privadas e em organizações mistas envolvidas com os interesses públicos. Sendo assim, os cargos e funções específicas em que atua o profissional de GPP formado na Unicamp são variados, pois é ampla a maneira como hoje as diferentes organizações públicas e privadas se organizam.

Nas últimas décadas, o diálogo entre as instituições, empresas e organizações de diferentes naturezas e de diferentes setores da sociedade, levou a definir as áreas de conhecimento voltadas para o estudo e para a operacionalização do interesse público, repercutindo no surgimento de grupos de pesquisa em subcampos como Políticas Públicas, Gestão Pública e Gestão Social, que, inclusive, originaram e sustentam programas de graduação e de pós-graduação.

Na graduação, esse movimento gerou os bacharelados em Administração Pública, bem como a concepção de cursos multi e interdisciplinares em Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social e Políticas Públicas, cuja identidade coletiva é a formação acadêmica, profissiográfica e tecnopolítica, isto é,

uma formação acadêmica que visa um profissional com visão integral do mundo e conhecimento de metodologias e ferramentas para gerenciar, inovar e dar qualidades às políticas públicas.

Em 2009, a Unicamp, mediante a criação e a implementação do seu novo campus em Limeira, somou-se a essa tendência, contribuindo com a formação em GPP. Com a ampliação das responsabilidades e dos direitos públicos, o Estado tem buscado equacionar soluções para atender esses desafios, com parcerias e programas estratégicos e ações que permitam dar suporte às políticas públicas. Busca-se, também, melhorar a qualidade dos serviços prestados e estimular a eficácia das políticas públicas. A demanda por profissionais para atuarem nesse âmbito ampliou-se e, junto com ela, a evidente exigência de qualidade. Por esses motivos, a formação de GPP da Unicamp se desenvolve com a perspectiva de que as possibilidades de inserção dos seus profissionais no mundo do trabalho é promissora, irreversível e necessária para o bom atendimento do interesse público.

4. Perfil do egresso de GPP/Unicamp

O egresso do curso de GPP da FCA/Unicamp deve apresentar, como resultado do seu processo de formação acadêmica, alguns requisitos considerados fundamentais, como: raciocínio lógico, capacidade de abstração, objetividade na solução de problemas e capacidade de analisar criticamente cada situação em que se configura a tomada de decisão.

Deve, ainda, ser um profissional capaz de:

- Compreender as questões científicas, técnicas, sociais da produção e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como desenvolver o alto gerenciamento e a assimilação de novas informações, habilidades e competências, apresentando autoconfiança, estratégia, flexibilidade intelectual, criatividade e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes nos vários segmentos dos campos de atuação do gestor;
- Estar atento às novas manifestações dos setores financeiros, recursos humanos e planejamento estratégico, tático, operacional e de responsabilidade social;

- Compreender as organizações e agir dentro de princípios éticos e morais defendidos pelos órgãos diretivos e fiscalizadores das atividades da profissão e, principalmente, pela sociedade;
- Compreender a necessidade do aperfeiçoamento contínuo;
- Empreender ações, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo sua transformação;
- Compreender o contexto histórico, social, político, econômico e cultural ao seu redor e manifestar juízo de valor com base no conhecimento adquirido;
- Compreender a abordagem sistêmica no trato dos problemas das organizações;
- Manter um relacionamento social em moldes cooperativos, baseado no respeito mútuo e na participação criadora;
- Desempenhar suas atividades como profissional no exercício de funções gerenciais e diretivas, ou em assessoramento e consultoria, em qualquer instituição e/ou organização.

5. Comentários Finais

O curso de GPP se apóia em uma unidade metodológica, que pressupõe a interdisciplinaridade e, nessa perspectiva pedagógica, o processo de formação visado na FCA se estrutura a partir de uma área de conhecimento e pesquisa de ciências humanas, que oferece disciplinas que abrangem assuntos morais e éticos, históricos, políticos e ambientais, fazendo com que cada aluno, dentro da especificidade da profissão escolhida, possa compreender as situações do mundo contemporâneo com elementos sólidos e de forma crítica. Essas disciplinas compõem uma gama de conhecimentos necessários para a formação na perspectiva da autonomia, da compreensão das práticas sociais de convivência e dos impactos e tendências da inovação tecnológica.

Quanto a isto, observe-se de que em um mundo em que a separação entre trabalho e vida perde importância, a universidade ganha sentido, na medida em que contribui para conceber formas de intervenção na sociedade, formas essas que envolvem professores, pesquisadores e estudantes.

Antes o trabalho era intermitente e delimitado em termos de locais e horários e as práticas que invadiam a vida cotidiana e a profissional estavam reservadas às artes e à cultura. Hoje a complexa relação entre indivíduos, práticas

profissionais e vida cotidiana ultrapassa as fronteiras de cada um desses âmbitos. Difusas se tornam as delimitações que historicamente estabeleciam os parâmetros das profissões e dos conhecimentos.

Ou seja, a universidade é atravessa pela conjunção das forças sociais e pelas organizações e instituições em cada momento da história e, por isso, não pode ser pautada por apenas um deles, sob o risco de formar técnicos sem perspectivas, incapazes de efetivamente acompanharem, questionarem, inventarem e se inserirem em uma realidade complexa como a de hoje.

Em conseqüência, o projeto de GPP da FCA tem como objetivo formar um profissional capaz de enfrentar e resolver problemas reais que emergem no cotidiano da gestão das políticas públicas. Para tanto, busca desenvolver a capacidade de análise crítica e a percepção dos problemas no seu contexto histórico. Para tanto, o curso contempla disciplinas específicas que integram a formação das humanidades com as áreas de atuação profissional, cujos conhecimentos e aspectos programáticos são abordados de forma interdisciplinar, numa permanente reflexão entre as ciências humanas e os saberes específicos de cada profissão.

Referências

CARTA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ sobre a área de públicas, IX ENEAP, Santa Catarina, 2010.

COELHO, F. S. **Radiografia do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil (1995-2006)**. In: Anais EnANPAD, Rio de Janeiro, 2008.

CORREA DO LAGO, Luciana. "Indicadores de Monitoramento Social de Políticas Públicas". In: Santos Junior, Orlando Alves dos [et al.]. (organizadores). **Políticas Públicas e Gestão Local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GORZ, André. **L'immatériel – Connaissance, valeur et capital**. Paris : Éditions Galilée, 2003.

MEZZOMO KEINERT, T. **Do Aparelho Estatal ao Interesse Público**: crise e mudança de paradigma na produção técnico-científica em administração pública no Brasil (1937-1997). Tese de Doutorado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. São Paulo, mimeo, 1998.

MIGLIONI, César. Disponível em:
<<http://ponto.outraspalavras.net/2011/04/12/formar-para-mercado-conceito-moribundo/>> Acesso em: 07 jul. 2011.

ROSÁRIO COSTA, Nilson do. "Política social e ajuste macroeconômico". **Cadernos de Saúde Pública**, vol.18 suppl. Rio de Janeiro 2002.

VAITSMAN, Jeni *et al.* **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais**: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. UNESCO, Policy Papers/17, 2006.